

DIA NACIONAL DE LUTA

Empregados protestam em defesa de direitos e pela Caixa 100% pública

Sindicato não vai aceitar as retaliações das superintendências contra bancários que fizeram greve contra o RH 184

No dia em que a Caixa Econômica Federal completou 156 anos de existência, bancárias e bancários da empresa, em todo o país, protestaram contra as ameaças do governo Temer de retirar direitos e entregar serviços sociais à iniciativa privada. No Rio, com o apoio do Sindicato, foram paralisadas parcialmente duas agências da SRN Norte.

O governo Temer planeja a destruição de conquistas dos trabalhadores com a extinção de direitos trabalhistas, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), desmonte do Banco do Brasil, venda do Pré-Sal (Petrobras).

Na Caixa, o governo quer privatizar o FGTS – maior da América Latina e terceiro do mundo – com R\$500 bilhões administrados pela Caixa 100% pública. O golpista Temer quer entregar ainda as loterias e o setor de penhores.

No protesto de quinta-feira (12), em todo o país, os trabalhadores demonstraram que estão entendendo a gravidade do momento. Há um avanço na conscientização sobre a necessidade de lutar junto com o movimento sindical contra os ataques que visam a destruir o caráter público da Caixa.

As retaliações sobre os empregados que aderiram à greve de novembro de ano passado contra o RH 184 – dispositivo burocrático pelo qual a Caixa retira funções e comissões – foram outro ponto importante dos protestos de quinta-feira.

“O Sindicato não vai medir esforços para

NANDO NEVES



Os sindicalistas Anderson Peçanha, Paulo Matileti (vice-presidente do Sindicato), Francisco Abdala, José Ferreira, Laércio Pereira e Ricardo Maggi na porta de uma agência fechada

combater o RH 184. Jamais aceitaremos qualquer tipo de retaliação contra quem lutou e luta contra este normativo da Caixa, independentemente do cargo ou função que exerça. Não aceitaremos também nenhuma perseguição aos companheiros que atual no movimento sindical”, disse o vice-presidente do sindicato, Paulo Matileti.

ELEIÇÃO

Até o dia 19/1, no município do Rio e 20/1 nas demais cidades do estado, os empregados da Caixa vão votar para eleger um membro titular e um suplente para o Conselho de Administração da Caixa. O Sindicato apoia a Chapa 1, com Rita Serrano e Oreny Francisco.

Comissão eleitoral altera data de eleição para representante no CA

Segundo turno passa a ser de 23 a 26 deste mês. Votação será no SISRH 4.1

A Comissão Eleitoral alterou a data do segundo turno da eleição que estava previsto para 16 a 20 de janeiro para o representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa. O novo período é 23 a 26 de janeiro com votação no SISRH 4.1.

A Comissão Eleitoral, cuja maioria dos integrantes é indicada pela empresa, justificou a mudança como resultado do ajuste do processo à lei 13.303,



o Estatuto das Estatais, que não prevê a suplência para o cargo. A candidata Rita Serrano, da Chapa 1, criticou a forma inesperada e desrespeitosa da alteração da data, em pleno processo eleitoral. A alteração foi feita na sexta-feira, dia 13.

Apesar disso, Rita Serrano prosseguirá na campanha com a mesma disposição inicial e convoca os empregados da Caixa para votarem na Chapa 1 de 23 a 26.

CERTIFICAÇÃO ANBIMA

Nova temporada de cursos para bancários

Questões relativas à Previdência Social farão parte dos exames da Anbima em 2017

Em convênio com o Sindicato, o curso Certificação Brasil abre nova temporada de preparatórios para os exames. Para a Certificação Especialista em Investimentos (CEA) serão 22 noites com carga de 64 horas. Calendário: dias 30 e 31 de janeiro. Em fevereiro: 1º, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22 e 23. Março: 1º, 2 e 3. Exame: dia 7 de março. Investimento: de R\$2.500 por R\$2.390, com cinco formas de pagamento à escolha do aluno. À vista, 10,45% de desconto, R\$2.140,20, em cheque, doc, ted ou em espécie. Com desconto de 12%, o valor de R\$2.103,20, em 6 parcelas de R\$350,53 (para sindicalizados com

comprovante e parcelamento somente em cheque).

Para matrículas até 20 de janeiro, o valor de R\$2.390 pode ser dividido em 8 parcelas de R\$298,75. A partir do dia 21 de janeiro, o mesmo valor poderá ser dividido em 6 parcelas de R\$398,33. No cartão, o valor é de R\$2.400 em três parcelas de R\$800.

O curso oferece apostila colorida impressa, simulados reais do exame da Anbima, professores certificados, curso presencial, 65% de aprovação. E ainda um seguro aprovação: se o candidato não passar poderá repetir o curso gratuitamente (ver regulamento), grupo de estudo e solução de dúvidas pelo

WhatsApp. Intervalo com café (*coffee breaks*).

O horário das aulas é das 19h às 22h, na Rua Teófilo Otoni, 52, salas 801/802, próximo à Estação Uruguaiana do Metrô.

CPA 10 NA SUBSEDE

A subsede de Campo Grande terá cursos preparatórios para o exame de certificação CPA da Anbima. No dia 28 de janeiro e nos dias 4 e 11 de fevereiro, das 9h às 18h. Local: auditório da subsede do Sindicato, na Rua Manaí, 180, centro de Campo Grande. Informações e matrículas (21)98448-7778 e (21) 96705-8170 com Vinicius Souza ou Daniel Gonçalves.

Uerj adia reinício das aulas por falta de repasse de verba

As aulas que deveriam recomeçar no dia no próximo dia 17 foram transferidas para o dia 23.

Em reunião com diretores acadêmicos, centros setoriais e sub-reitores, na sexta-feira (13), a reitoria da UERJ (Universidade adiar decidiu adiar o próximo dia 23 o reinício das aulas, tendo em vista a grave crise financeira que a universidade atravessa. As aulas deveriam recomeçar nesta terça (17).

Em nota a reitoria esclareceu que a decisão foi tomada devido ao não pagamento regular das bolsas permanência aos estudantes cotistas e demais bolsas estudantis; ao não repasse das verbas de manutenção e custeio para a universidade; ao não pagamento regular dos salários e 13º de servidores, docentes e técnicos administrativos - ativos e inativos

A nota esclarece que o não pagamento de todas as bolsas estudantis inviabiliza o retorno dos estudantes às aulas, por incapacidade de custear sua alimentação e transporte. Diz ainda que o não repasse das verbas de manutenção impede as condições de funcionamento da instituição com higiene e segurança. A irregularidade do pagamento dos salários de todos os servidores implica em condições indignas de trabalho e sobrevivência.

A deliberação foi tomada sem abrir mão do calendário acadêmico vigente, entretanto, no dia 18, a reitoria terá uma nova reunião com o Fórum de Diretores para reavaliar as

reais condições de funcionamento da Uerj. Eles afirmam ainda que esperam responsabilidade de todo o órgão público perante a comunidade universitária e a população.

PAGAMENTO DAS BOLSAS

O Programa de Iniciação Acadêmica da Uerj (Proiniciar) divulgou hoje uma nota dizendo que a folha de pagamento das bolsas referente ao mês de novembro está liberada no sistema aguardando apenas o prazo bancário. E que segundo informações do Departamento Financeiro, o depósito estará na conta dos estudantes até no máximo dia 20/01.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso - **Sede** - Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - **Subsede de Campo Grande:** Rua Manaí, 180, CEP: 23052-090 - Campo Grande - Tel.: 2415-0725 - 2415-0159 - **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Revisor:** João Luiz Pacheco - **Estagiária:** Larissa Rodrigues - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 22.000**

SINDICATO COMPLETA 87 ANOS DE LUTA

Desafio é organizar a resistência contra os ataques aos direitos

Em 17 de janeiro de 1930, há 87 anos, era fundado o Sindicato dos Bancários, inicialmente com o nome de Federação dos Bancários do Brasil, com sede na Avenida Rio Branco, 151. O Rio de Janeiro era a capital federal. Nascia ali, uma das mais importantes entidades sindicais do país, sempre à frente de grandes lutas específicas da categoria e também das mobilizações mais gerais dos trabalhadores.

Ao longo deste quase um século, inúmeros direitos foram conquistados através de grandes mobilizações, desde a jornada de trabalho de seis horas, em 6 de julho de 1933, e o piso salarial, passando pela extinção do trabalho aos sábados, em 1962, a instituição do auxílio-refeição em 1970 e tantas outras, até a criação da PLR em 1995 e a 13ª cesta-alimentação, em 2007. Outras importantes conquistas foram a campanha salarial unificada e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Por sua posição combativa, o Sindicato sofreu várias intervenções determinadas pelo governo federal, como em 1937, 1947 e 1949, e após o golpe de Estado de 1964.

RESISTÊNCIA, HOJE

Em agosto de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, assume seu vice, Michel Temer, num golpe de Estado institucional, combatido pelo Sindicato e todo o movimento sindical. O novo governo anuncia uma série de medidas que reduzem drasticamente os direitos dos trabalhadores. Entre elas, o corte brutal de recursos públicos da saúde, educação, habitação e saneamento (PEC 55); as reformas da Previdência e trabalhista; o projeto que acaba com qualquer restrição à terceirização; ainda,



TEMPOS CINZENTOS – Todas as propostas do governo Temer debatidas no Congresso são prejudiciais aos direitos dos trabalhadores

proposta que prevê a prevalência do negociado sobre o legislado; mudanças na jornada de trabalho com possibilidade de extensão até 12 horas; e a entrega do pré-sal às multinacionais.

A presidente do Sindicato, Adriana Nalesso, frisa que este é o momento dos bancários, com outros setores da sociedade, organizar a resistência a estes ataques, que visam a beneficiar grandes empresas, sobretudo os bancos. “As propostas apresentadas por este governo ilegítimo e golpista, nos lembram fatos semelhantes do passado, que os trabalhadores

souberam enfrentar com resistência e luta. Este é o desafio do Sindicato neste momento em que completa 87 anos”, afirmou. E acrescentou: “Precisamos mais do que nunca defender nossos direitos, contra os abusos desses que dizem estar ao lado do povo, mas que na verdade representam interesses de latifundiários, banqueiros e industriais. Não há dúvida disso. Basta olharmos as propostas do governo que estão em discussão nesse momento, no Congresso Nacional, todas em prejuízo dos nossos direitos e em benefício dos ricos”, disse.

ITAÚ

Política de contenção de custos fecha mais uma agência

O Itaú fechou mais uma agência no Rio. Desta vez, foi a unidade Largo Santa Rita, na Avenida Visconde de Inhaúma, a menos de 300 metros do Sindicato. É a velha política de contenção de custos com a qual o banco inaugura o ano novo. Os funcionários foram transferidos para a agência mais próxima, na Rua Mayrink Veiga.

“Esta foi uma agência condenada à extinção pela direção do Itaú. O número de funcionários foi sendo reduzido lentamente, com mudanças de *layout*, até o golpe final na última sexta-feira, dia 13”, disse o diretor do Sindicato, Celso Fumaux, lembrando que o Sindicato vai lutar contra o fechamento de agências e defender com determinação um programa de realocação dos funcionários das unidades já fechadas. A Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários prevê a realocação, com requalificação do trabalhador, o que garante seu emprego.

AR CONDICIONADO

Ainda dentro dessa política do Itaú de conter custos, está o descaso com o mínimo conforto dos funcionários e clientes. Nesse verão de temperaturas acima dos 40 graus, inúmeras agências enfrentam o problema da falta de ar condicionado. “A administração do banco não está nem aí para o sofrimento dos funcionários e o desconforto dos clientes. O banco que conter custos a todo custo e para isso negligencia a manutenção dos equipamentos de ar condicionado. A manutenção leva até mais de 20 dias para consertar um aparelho”, denuncia o diretor José Antonio Pinheiro. O Sindicato solicita aos bancários e bancárias que denunciem aos telefones 2103-4137 (Secretaria de Imprensa) ou 2103-4121/4124 (Secretaria de Bancos Privados) a falta de ar condicionado em suas agências.

REALOCAÇÃO

Sindicato negocia com a Fenaban

Na próxima quarta-feira (18/1), a presidente do Sindicato, Adriana Nalesso, participa da primeira reunião entre o Comando Nacional e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) do Grupo de Trabalho Bipartite (GT) sobre a criação de centros de requalificação e realocação de bancários. A negociação está prevista na cláusula 62 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), assinada ano passado. O calendário de negociações vai de 18 de janeiro a 15 de março e também consta da cláusula 62.

Fabiano Felix, a voz dos funcionários no Caref

Contra o desmonte do banco, por mais diálogo e participação nas decisões

De 23 a 27 deste mês, os bancários do Banco do Brasil vão eleger o representante no Conselho de Administração (Caref) para um mandato de dois anos. O candidato Fabiano Felix (F3154029) tem o apoio do Sindicato e da Contraf-CUT.

Fabiano Félix (foto) ingressou no banco em 2000, foi secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e membro do Conselho dos usuários da Cassi por dois mandatos e também eleito para o Conselho Fiscal da Previ em 2014. É conselheiro deliberativo eleito da Cassi, órgão que preside desde 2014.

Fabiano pautará seu mandato pela defesa dos direitos dos funcionários e pelo fortalecimento do BB como instituição pública, um patrimônio do Brasil. Sua plataforma inclui, entre outros itens, a luta contra o desmonte do BB e dos demais bancos públicos, e mais diálogo da direção com os funcionários. Para isso é preciso garantir que os funcioná-



rios sejam respeitados nas decisões.

“Vou levar a voz e as preocupações de cada funcionário até a alta administração do banco. Vou trabalhar para mudar a cultura impositiva e substituí-la por um diálogo permanente. Nos últimos anos este espaço vem sendo usado para marcar posições, sem levar a conquistas e mudanças efetivas. Vamos tornar o Caref atuante e muito mais comprometido com os funcionários” afirma Fabiano Felix.

Entre as propostas de Fabiano estão: lutar pela equidade de gênero no BB e pela preservação dos empregos no processo de reestruturação; lutar contra o desmonte do banco e sua privatização; defender orçamentos e acordos de trabalho com debates e interferência dos funcionários; combater o assédio moral; defender o BB como instituição pública, definindo políticas de retomada de crescimento econômico e outros.

TEMER ATACA SETOR PÚBLICO

BB reduz remuneração de mais de três mil funcionários

O processo de desmonte imposto pelo governo Temer ao Banco do Brasil pode provocar a perda de comissão de 3 mil funcionários, que poderão passar a receber o salário de escriturário. A informação foi repassada na terça-feira (10), por representantes do banco aos dirigentes da Comissão de Empresa dos Funcionários, durante negociação em Brasília.

Na negociação, a Comissão de Empresa e a Contraf-CUT cobraram garantias para os funcionários das agências que estão sendo fechadas e também para os que tiveram os cargos cortados nos processos de reestruturação iniciado pelo banco em novembro de 2016. A Comissão de Empresa apontou uma série de problemas verificados em cada base, como a dificuldade de realocação dos gerentes de relacionamento e, também, situações onde a única opção para a realocação é a perda salarial.

O corte na remuneração decorre da extinção de milhares de funções, da extinção de áreas meio e fechamento de 402 agências em todo o

país. O BB reduziu ainda 9.300 postos de trabalho com o plano de incentivo à aposentadoria. É um processo de desmonte, que o governo e a diretoria da empresa chamam de “reestruturação”. Este ataque faz parte da política de Temer de dismantlar o setor público, preparando, com isto, a privatização de vários setores, entre os quais, os bancos públicos.

A representante do Rio de Janeiro na Comissão de Empresa Rita Mota condenou o desmonte e disse que o funcionalismo e a clientela do banco não podem pagar pela redução de custos exigida pelo governo, iniciativa injustificável num banco lucrativo. Ela não acredita na reação isolada contra o desmonte, pois a união dos funcionários é o melhor caminho para se conseguir reverter os danos causados pela perda de funções. “A tentativa em resolver individualmente estas questões só nos fragiliza. Temos que estar juntos, organizados, cobrando uma solução imediata”, defendeu.

21 DE JANEIRO

Intolerância religiosa, não

O Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa foi instituído em 21 de janeiro de 2007 com a sanção da lei nº 11.635, que assegura a liberdade de culto e expressão a todas as etnias. Serve ainda como reflexão e motivação na busca pela liberdade do culto religioso e combate ao racismo. O dia 21 de janeiro lembra a morte da Iyalorixá Gildásia dos Santos e Santos, a Mãe Gilda, duramente atingida pelo preconceito. O jornal Folha Universal estampou em sua capa uma foto de Mãe Gilda trajada com roupas de sacerdotisa para ilustrar uma matéria cujo título era: “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. A casa da Iyalorixá foi invadida, seu marido agredido e o terreiro depredado por evangélicos. Ela não suportou os ataques, enfartou e morreu no dia 21 de janeiro de 2000.

“Embora seja um absurdo gigantesco, sinal de total desrespeito ao próximo e suas crenças, em pleno século 21 ainda há pessoas que são discriminadas, ofendidas, feridas e até mesmo mortas por causa da sua religião, quando deveriam ser respeitadas”, disse Katia Branco, diretora da Secretaria de Políticos Sociais do Sindiciato.